



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Ciclo de Capacitação em Direito Civil - Responsabilidade Civil

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Cláudio Luís Braga dell'Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 06/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 05 de novembro de 2025		
DATA E HORÁRIO	De 10 de novembro a 05 de dezembro de 2025. Aulas síncronas: dias 14, 21 e 28 de novembro, das 9h às 11hs		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	50
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Reforma do Código Civil - Responsabilidade Civil - Sistema dual: contratual e extracontratual - Pressupostos: culpa, nexo causal, dano- Imputação normativa: ilícito, risco, fato de terceiro - Responsabilidade objetiva e subjetiva - Danos patrimoniais e extrapatrimoniais - Perda de uma chance- Funções: reparatória, preventiva, punitiva, promocional - Private enforcement - Gestão de riscos- Governança e accountability - Unificação ou convergência normativa- Atualização legislativa e jurisprudencial		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Civil Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade) Direito, Economia e aplicações práticas		
JUSTIFICATIVA	A proposta de reforma do Código Civil brasileiro, protocolada em 2025, representa uma das mais profundas revisões legislativas desde a promulgação da Lei nº 10.406/2002. Diante da complexidade das mudanças e da ampliação das funções da responsabilidade civil — que agora abarca dimensões reparatórias, preventivas, punitivas e promocionais — torna-se essencial que magistrados estejam preparados para interpretar e aplicar os novos dispositivos com segurança, coerência e sensibilidade institucional. Esse curso é parte integrante da trilha formativa Ciclo de Capacitação em Direito Civil – Reforma do Código de Direito Civil.		

OBJETIVO GERAL	Analisar criticamente as propostas de reforma do Código Civil brasileiro no campo da responsabilidade civil, com foco na reorganização dos nexos de imputação, sistematização dos danos, ampliação das funções da responsabilidade e atualização da parte especial.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>Ao final do curso os/as magistrados/as serão capazes de:</p> <p>Avaliar a arquitetura jurídica da responsabilidade civil e os critérios de imputação diante da reforma proposta, identificando o tipo de vínculo jurídico entre as partes e os reflexos na distribuição do ônus da prova, prescrição e extensão da reparação</p> <p>Analisar criticamente o novo modelo de categorização de danos e as funções reparatórias, punitivas e preventivas atribuídas à responsabilidade civil.</p> <p>Valorar os impactos da reforma nos campos específicos da responsabilidade civil e preparar o magistrado para a aplicação criteriosa e contextualizada dos novos dispositivos legais.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	<p>Flávia de Almeida Viveiros de Castro Juíza Aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu em vários períodos a função de Juíza Eleitoral e esteve convocada como JDS. no TJRJ. É Professora-Pesquisadora da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) ESAJ (Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro); Possui Pós-Doutorado em Direitos Humanos pelo Instituto JUS GENTIUM da Faculdade de Direito de Coimbra (2017/18). É doutora em Direito o Civil-Constitucional pela Universidade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1999); Mestre em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1990); Possui curso de Especialização em direito português pelo Centro de Estudos Judiciários de Portugal - CEJ(1997) e Especialização em Ciência Política, pelo Instituto Metodista Bennett (1985); Graduada em Direito e em Comunicação Social, especialidade Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio(1980 e 1990). Foi Juíza Corregedora - Auxiliar da Corregedora de Justiça em (1996); exerce a docência como palestrante e professora convidada nas áreas de Direitos Humanos, Direito Civil e Direito Tributário. Foi coordenadora acadêmica do Instituto de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e coordenadora acadêmica dos cursos de pós-graduação em direito imobiliário, direito fiscal, direito empresarial, direito processual civil e direito da saúde do Instituto de Direito da PUC-RJ. É palestrante convidada da HOUSE of Legal Studies. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/7284185756149490</p>
TUTORIA	<p>Flávia de Almeida Viveiros de Castro Juíza Aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu em vários períodos a função de Juíza Eleitoral e esteve convocada como JDS. no TJRJ. É Professora-Pesquisadora da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) ESAJ (Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro); Possui Pós-Doutorado em Direitos Humanos pelo Instituto JUS GENTIUM da Faculdade de</p>

	<p>Direito de Coimbra (2017/18). É doutora em Direito o Civil-Constitucional pela Universidade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1999); Mestre em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1990); Possui curso de Especialização em direito português pelo Centro de Estudos Judiciários de Portugal - CEJ(1997) e Especialização em Ciência Política, pelo Instituto Metodista Bennett (1985); Graduada em Direito e em Comunicação Social, especialidade Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1980 e 1990). Foi Juíza Corregedora - Auxiliar da Corregedora de Justiça em (1996); exerce a docência como palestrante e professora convidada nas áreas de Direitos Humanos, Direito Civil e Direito Tributário. Foi coordenadora acadêmica do Instituto de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e coordenadora acadêmica dos cursos de pós-graduação em direito imobiliário, direito fiscal, direito empresarial, direito processual civil e direito da saúde do Instituto de Direito da PUC-RJ. É palestrante convidada da HOUSE of Legal Studies.</p> <p>Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/7284185756149490</p>
<p>DOCENTES</p>	<p>Flávia de Almeida Viveiros de Castro Juíza Aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu em vários períodos a função de Juíza Eleitoral e esteve convocada como JDS. no TJRJ. É Professora-Pesquisadora da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) ESAJ (Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro); Possui Pós-Doutorado em Direitos Humanos pelo Instituto JUS GENTIUM da Faculdade de Direito de Coimbra (2017/18). É doutora em Direito o Civil-Constitucional pela Universidade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1999); Mestre em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1990); Possui curso de Especialização em direito português pelo Centro de Estudos Judiciários de Portugal - CEJ(1997) e Especialização em Ciência Política, pelo Instituto Metodista Bennett (1985); Graduada em Direito e em Comunicação Social, especialidade Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio(1980 e 1990). Foi Juíza Corregedora - Auxiliar da Corregedora de Justiça em (1996); exerce a docência como palestrante e professora convidada nas áreas de Direitos Humanos, Direito Civil e Direito Tributário. Foi coordenadora acadêmica do Instituto de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e coordenadora acadêmica dos cursos de pós-graduação em direito imobiliário, direito fiscal, direito empresarial, direito processual civil e direito da saúde do Instituto de Direito da PUC-RJ. É palestrante convidada da HOUSE of Legal Studies.</p> <p>Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/7284185756149490</p> <p>Patricia Ribeiro Serra Vieira Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000), mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1991) e graduação em Direito pela UCAM (1985). Coordenadora do Núcleo de Violência de Gênero da Escola de Administração Judiciária (ESAJ) e Presidente do Comitê (2º grau) de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação e integrante da Comissão de Conflitos Fundiários</p>

	<p>(COFUND), ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ). É Presidente da Comissão Pedagógica e de Ensino da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e membra honorária do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e fundadora da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC). É Professora Titular (aposentada) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Na área acadêmica e/ou de pesquisa, trabalha prioritariamente com os seguintes temas: Parte Geral do Direito Civil, Obrigações e Responsabilidade Civil. Ministra aulas na EMERJ e na ESAJ no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6308589895657229</p> <p>Rafael da Mota Mendonça Doutor e Mestre em Direito pela UERJ. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil - IBDCivil e do Instituto de Estudos Críticos do Direito - IECD. Professor do curso de Graduação em Direito da PUC-Rio. Professor dos programas de Pós-Graduação lato sensu da PUC-Rio e da Universidade Cândido Mendes. Professor de Direito Civil dos cursos de atualização jurídica da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ; Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – FEMPERJ.</p> <p>Link para o Lattes: https://lattes.cnpq.br/6358776469975246</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Esse curso é composto de 3 módulos de duração de uma semana cada. Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, um encontro síncrono, um fórum de discussão e uma atividade avaliativa.</p> <p>No Módulo 1 será realizada a atividade Debate Simulado com Inteligência Artificial; no módulo 2 a atividade Situação Problema e no Módulo 3 a atividade Parecer Técnico-Jurídicos, conforme descritos no plano de aula.</p> <p>Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma divertida e participativa. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item “avaliação” deste plano de curso.)</p>
<p>PROGRAMAÇÃO</p>	
<p>AMBIENTAÇÃO Período de: 10 a 11/11</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).</p>
<p>Módulo 1 Período de: 12/11 a 18/11 Carga horária: 6 horas</p>	<p>TEMA GERAL DO MÓDULO: Estrutura Dual da Responsabilidade Civil: Fundamentos, Regimes e Tendências de Unificação</p> <p>Encontro Síncrono (2 horas) Dia e Horário: 14/11, das 9h às 11hs Tema: Estrutural Dual da Responsabilidade Civil: Permanência ou Mudança? Conteúdo programático: Pressupostos clássicos da responsabilidade civil: culpa, nexo de causalidade e dano como elementos estruturantes do dever de indenizar; Fatores de atribuição da obrigação de indenizar: ato ilícito, risco da atividade, fato de terceiro ou da coisa; Responsabilidade objetiva e subjetiva: evolução legislativa e jurisprudencial; Sistema dual ou binário de responsabilidade civil; Implicações práticas da dualidade; Diferenças quanto à prescrição, ônus da prova, cláusulas limitativas e extensão da</p>

	<p>reparação; Repercussões na fundamentação judicial e na técnica decisória; Tendência de unificação da responsabilidade civil:</p> <p>Docente: Desembargadora Patricia Serra</p> <p>Metodologia da aula: Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Debate com os alunos a partir de casos concretos (60min.).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão (2 horas) e Tarefa (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas e nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários nas postagens dos demais alunos.</p> <p>Leitura obrigatória (1 hora):</p> <p>FRITZ, Karina Nunes. A Crise na Dualidade da Responsabilidade Civil. <i>Revista IBERC</i>, Minas Gerais, v.2, n.1, p. 1-4, jan.-abr./2019. Disponível em: https://revistaiberc.responsabilidadecivil.org/iberc/article/view/17/14. Acesso em: 14 ago. 2025.</p> <p>SIMÃO, José Fernando. A teoria dualista do vínculo obrigacional e sua aplicação ao direito civil brasileiro. <i>Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo</i>, São Paulo, v. 3, p. 165-181, 2013. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/80. Acesso em: 14 ago. 2025.</p>
<p>Módulo 2</p> <p>Período de: 19 a 25/11</p> <p>Carga horária: 6 horas</p>	<p>TEMA GERAL DO MÓDULO: Reorganização do sistema de danos: patrimoniais, extrapatrimoniais, metaindividuais</p> <p>Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 21/11, das 9h às 11h Tema: Reorganização do sistema de danos: patrimoniais, extrapatrimoniais, metaindividuais Conteúdo programático: Perda de uma chance como espécie autônoma; Private Enforcement: escolha entre reparação, restituição ou consentimento hipotético; Função compensatória vs. função preventiva e punitiva; Critério bifásico de indenização de danos extrapatrimoniais Docente: Flávia de Almeida Viveiros de Castro Metodologia da aula: Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Debate com os alunos a partir de casos concretos (60min.).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão (2 horas) e Tarefa (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas e nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários nas postagens dos demais alunos.</p> <p>Leitura obrigatória: (1 hora)</p>

	<p>GUERRA, Alexandre V. O método bifásico de arbitramento da indenização por danos morais. <i>In: MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; MARTINS, Guilherme Magalhães; ROSENVALD, Nelson; DENSA, Roberta (coords.). Responsabilidade Civil das relações de consumo</i>. Indaiatuba: Foco, 2022. p. 655-670.</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</p> <p>ALVARENGA, Luísa Baran de Mello. A responsabilidade civil pela perda de uma chance e sua aplicação no Direito brasileiro. <i>Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo</i>, São Paulo, n. 81, p. 61-84, jan./jun. 2015.</p>
<p>Módulo 3</p> <p>Período de: 26/11 a 02/12</p> <p>Carga horária: 6 horas</p>	<p>TEMA GERAL DO MÓDULO Responsabilidade Civil Aplicada: Atualização Normativa e Desafios Práticos</p> <p>Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 28/11, das 9h às 11h Tema: Responsabilidade Civil Aplicada: Atualização Normativa e Desafios Práticos Conteúdo programático: Responsabilidade civil do Estado, de pessoas jurídicas e médicos; Especificidades da fase pré-contratual; Supressão de dispositivos obsoletos; Responsabilidade civil como instrumento de gestão de riscos e justiça social; à governança e accountability; Docente: Rafael da Mota Mendonça Metodologia da aula: Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Debate com os alunos a partir de casos concretos (60min.).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão (2 horas) e Tarefa (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas e nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários nas postagens dos demais alunos.</p> <p>Leitura obrigatória: (1 hora):</p> <p>FACHIN, Luiz Edson. Responsabilidade civil contemporânea no Brasil: notas para uma aproximação. <i>Revista jurídica, Porto Alegre</i>, v. 58, n. 397, p. 11-19, nov. 2010.</p>
<p>Módulo de Avaliação final</p> <p>Período de: 03 a 05/12</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso</p> <p>Avaliação das Aulas</p> <p>Avaliação de Reação</p>
<p>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</p>	<p>Aulas síncronas (10 pontos cada) – 30 pontos</p> <p>Fóruns de discussão (10 pontos) – 30 pontos</p> <p>Tarefa 1: 10 pontos</p>

	Tarefa 2: 10 pontos Tarefa 3: 20 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos

magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. **FREQÜÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.